

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO – CRÍTICA A BRESSER E MANTEGA

*Carlos Eduardo Martins**
*e Adrián Sotelo Valencia***

Introdução

A idéia muito estendida de que Fernando Henrique Cardoso é o pai da teoria da dependência, não só é incorreta, como também é abusiva e de duplo sentido. Por um lado, porque desconhece a existência de diversas correntes de pensamento, teorias e métodos de investigação ao interior da teoria da dependência. Por outro lado, porque põe num mesmo saco, autores das mais diversas posições doutrinárias, inclusive opostas entre si. A literatura contemporânea sobre esta matéria, encontra-se submetida a esta ambigüidade, confundindo as contribuições ao conhecimento da natureza do desenvolvimento e subdesenvolvimento da América Latina feitas pelos pensadores marxistas, com aquelas contribuições realizadas pelos outros autores não marxistas, como Cardoso e Faletto os quais, independentemente de suas indubitáveis contribuições teóricas e metodológicas, movimentam-se em terrenos não marxistas e sim, no funcional-weberianismo e ecletismo.

Neste contexto, se colocam os artigos de dois autores brasileiros no livro *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil*, organizado por Maria Rita Loureiro e publicado recentemente no Brasil pela editora Vozes, que tem o grande mérito, em seus objetivos, de buscar resgatar as principais dimensões da história intelectual e institucional do pensamento econômico brasileiro, como uma contribuição para a discussão teórica contemporânea da economia brasileira e revisão e superação de seus impasses e dilemas (Loureiro, 1997). De um lado, o texto de Luiz Carlos Bresser Pereira, "Interpretações sobre o Brasil" (p. 17-69) e de outro o artigo de Guido Mantega, "O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes" (p. 107-157).

Ambos autores incorrem no erro de considerar a teoria da dependência como uma teoria esgotada e confundem autores que não devem enquadrar-se no pensamento dependentista com autores que sim, são dependentistas. O artigo de Bresser abre o livro, fazendo um balanço do pensamento econômico brasileiro nos últimos 50 anos, e o de Mantega, afinado com as diretrizes traçadas por Bresser, dedica-se a análise deste pensamento dos anos 60 aos 80.

O Esquema Interpretativo de Bresser

Bresser classifica em nove as principais correntes interpretativas dos últimos 50 anos da economia brasileira. Tais correntes emergiriam das confrontações e lutas sociais e teriam seu desenvolvimento condicionado pela hegemonia dos três grandes pactos políticos que teriam orientado os rumos da formação econômico-social brasileira no período, a saber: o pacto populista e sua crise, a aliança autoritária tecnoburocrática-

* Pesquisador do Gremint, Doutorando em Sociologia (USP) e Mestre em Administração Pública (EBAP)

** Investigador e Professor do CELA/UNAM e Doutor em Estudios Latinoamericanos (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales/UNAM)

capitalista e seu colapso, e a grande crise dos anos 90 e o novo pacto político social-liberal.

Assim, o conflito que se assistiu nos anos 30-50 entre a visão agrarista e internacionalista e a visão industrialista e nacionalista teria sido superado, a partir dos anos 60, pela coalização desenvolvimentista e industrializante que com a "Revolução de 1964" (sic) – a expressão é de Bresser – sela os laços da burguesia local e da tecnocracia estatal com as empresas multinacionais. Neste novo contexto, quatro novas correntes intelectuais se desenvolvem. À direita, o autoritarismo modernizante, que substitui o agrarismo na visão hegemônica das classes dominantes locais, e à esquerda surgem, segundo Bresser, três interpretações: o funcional capitalismo-ressentido, a superexploração imperialista, que tal como a primeira é ressentida e passadista não estando à altura da reestruturação do quadro sócio-econômico do país, e finalmente, a que chama de nova dependência, capaz de assimilar o fato novo do abandono da burguesia local de suas posições nacionalistas e da consolidação da industrialização brasileira em circunstâncias desnacionalizantes, indicando, ao mesmo tempo, os limites deste desenvolvimento, em sua excludência e no regime autoritário que potencializa.

A crise do regime militar e os choques externos sobre a economia brasileira nos anos 80 impulsionam a hegemonia do que Bresser chama de pacto democrático-populista, que centraliza, segundo o autor, a cena política entre 1977-87, deslocando do cenário intelectual os modelos autoritário-modernizante e da superexploração imperialista que vinculariam-se para Bresser ao contexto autoritário, ainda que por razões opostas. O pacto democrático-populista absorve grande parte dos teóricos da nova dependência para uma interpretação que denomina social-desenvolvimentista, todavia, os insucessos das políticas sociais-desenvolvimentistas, manifestos no superdimensionamento das demandas sobre o Estado e na estagnação econômica dos anos 80, levariam, então, a uma crise deste referencial interpretativo e a sua substituição pelo argumento social-liberal¹. A interpretação social-liberal, com a chegada à Presidência da República de Fernando Henrique Cardoso, tenderia, então, a subordinar o pensamento neo-liberal, contando em grande parte de seus quadros com autores convertidos da nova dependência.

Em linhas gerais é este o esquema interpretativo de Bresser. No conjunto, o esforço de seu artigo parece destinado ao que Marx assinala como fator crucial de dominação de uma classe social ou de uma de suas frações na luta de classes: transformar em interesse geral ou em consenso o seu interesse particular. Nesse sentido, se Bresser assinala que o agrarismo foi a visão hegemônica das classes dominantes até os anos 50/60, sendo substituído, desde então, pelo autoritarismo modernizante, a crise deste autoritarismo, mediante a transição democrática e o fracasso das políticas sociais da

¹ O termo social-liberal usado por Bresser para designar a nova forma de interpretação emergente não indica corretamente o privilégio que o autor confere ao termo liberal e ao mercado na sua caracterização. Assim, ao referir-se as relações entre mercado e Estado no campo dos direitos sociais e na promoção do desenvolvimento econômico, Bresser assinala: "É social porque reafirma o papel do Estado na afirmação dos direitos sociais e, em menor grau, na promoção do desenvolvimento econômico. Mas, ao mesmo tempo afirma o papel central do mercado na coordenação da economia. O papel do Estado nesta área é complementar (BRESSER, 1997, p. 59 - grifos nossos).

Da mesma forma, no tocante às relações internacionais, a primazia do mercado se estabelece, claramente: "É uma interpretação social, porque afirma claramente o papel do Estado nesta área. É liberal porque privilegia a coordenação da economia pelo mercado, só admitindo a intervenção do Estado para corrigir suas falhas, jamais para substituí-lo" (Bresser, 1997, p. 58 - Grifos Nossos)

Desta forma, a desigualdade entre os termos liberal e social na visão estratégica deste pensamento no qual se inclui Bresser, parece indicar um uso eminente retórico e com fins de cooptação da palavra social em sua conceituação.

década de 80, parece conduzir a uma nova visão dominante que rearticula a interpretação do que chama de nova dependência no âmbito do que denomina visão social-liberal. Realizando a mágica ideológica de todo projeto de dominação de apresentar o seu interesse privado como público, esta nova visão dominante formulada por Bresser, aparece sem raízes sociais, representando aparentemente o interesse da formação social brasileira como um todo.

Tanto no social-desenvolvimentismo quanto na visão social-liberal, a interpretação que para Bresser dá os marcos para a proposição das transformações internas da economia brasileira é a da nova dependência formulada por Cardoso e Falleto. O percurso interpretativo realizado pelo autor, para creditar o que chama de visão social-liberal como pensamento dominante sobre a economia brasileira, tem como primeiro passo, descartar as visões de esquerda sobre a mesma, em particular a teoria marxista da dependência, apresentando a versão weberiana de Cardoso e Falleto² como a única teorização atualizada sobre a dependência. Partindo disto, Bresser assinala que a interpretação social-desenvolvimentista absorve a interpretação da nova dependência, inviabilizando-se por seu populismo, que prioriza a distribuição de renda e a questão social sem criar os meios econômicos de resolver estas questões. A interpretação social-liberal viria, então, preencher o espaço deixado pela crise do social-desenvolvimentismo, propondo uma ampla reforma do Estado e uma maior interdependência entre os países para romper-se com a estagnação dos anos 80 e retomar-se o desenvolvimento.

Embora seja incorreto fundir os paradigmas da nova dependência com os paradigmas social-desenvolvimentista e social-liberal - para usar a terminologia de Bresser - é possível pensar-se em convergências entre eles, seja pela timidez que alcançaram as reformas sociais no Brasil durante o período social-desenvolvimentista nos anos 80, ao contrário do populismo que lhe imputa Bresser, seja pelo alinhamento do país durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso às políticas preconizadas pelos organismos financeiros internacionais, o que tem acarretado novos níveis de subordinação internacional para o Brasil com impactos ainda não totalmente percebidos (Marini, 1992 ; Dos Santos, 1994 ; Fiori, 1994 ; Martins, 1997).

Todavia, nossa contribuição aqui, estará centrada na discussão do suposto que parece permear o texto de Bresser: o caráter estratégico e exclusivo exercido pela interpretação da nova dependência, liderada por Cardoso e Falleto, para a interpretação do desenvolvimento industrial da economia brasileira, que irá permitir a ela, mais tarde, segundo Bresser, transitar para a análise dos fenômenos macroeconômicos e apoiar a estabilização social-liberal da economia³.

Desta forma, nos parece de fundamental importância, para evitar a restrição da discussão das alternativas contemporâneas da economia brasileira, questionar a exclusão por Bresser de outras correntes de esquerda do debate teórico contemporâneo. Em particular, a exclusão da interpretação que chama de superexploração imperialista, que não apenas ao nosso ver, mas internacionalmente, tem sido consagrada como a versão

² O weberianismo dependentista de Cardoso e Falleto se apresenta, muito claramente, no capítulo 2 de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que concentra as reflexões teórico-metodológicas dos autores: "De acordo com o enfoque até agora descrito, o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe." (CARDOSO, FALLETO, 1984, p. 22)

³ Embora mencione um suposto esgotamento da teoria da dependência, Bresser não apresenta nenhuma outra interpretação que manifeste uma visão tão abrangente da industrialização brasileira e latino-americana quanto a que imputa à interpretação da nova dependência. Desta forma, este esgotamento deve ser entendido não tanto como uma negação por Bresser desta interpretação, mas como a constituição de uma referência a ser absorvida no contexto teórico-ideológico de outros pactos políticos.

marxista da teoria da dependência, e que entendemos como a mais rica de conceitos e horizontes teóricos para aprofundar a perspectiva teórica da dependência e interpretar o que se passa contemporaneamente na América Latina e no Brasil (Hettne, Blommström, 1984 ; Kay, 1989, Sonntag, 1989, Hunt, 1989, Marini, Millán, 1994, 1995-A, Valencia, 1995-A, Martins, 1997). Tal exclusão nos parece fundar-se em uma eminente pobreza interpretativa da mesma e em uma motivação política que não disfarça o cerceamento da discussão sobre alternativas ao Brasil dentro de limites conservadores.

A Industrialização Latino-Americana e as Teorias da Dependência: Precisasões Históricas e Conceituais sobre a Visão de Bresser

Bresser, tal como o fará Mantega, considera a versão liderada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto da teoria da dependência como a única capaz de interpretar os fatos novos trazidos pela industrialização brasileira. No entanto, ao contrário de Mantega, que buscará privilegiar as inovações teórico-metodológicas trazidas pela teoria da dependência, ele considera que o termo nova dependência caracteriza melhor esta corrente interpretativa, uma vez que o essencial da mesma não está no "conceito teórico de dependência, mas na análise da nova dependência que se configura na América Latina e particularmente no Brasil com a entrada em massa das empresas multinacionais industriais" (Bresser, 1997, p. 38).

Uma primeira retificação que fazemos a Bresser, desponta logo desta primeira asserção do autor. Ao nosso ver, o conceito de dependência é tão importante quanto a análise da nova dependência, pois além de se constituir no pilar teórico-metodológico de uma reinterpretação da história latino-americana e brasileira, constitui-se na base para forjar novos instrumentos analíticos para interpretar e transformar o tipo de dependência que se inicia na América Latina a partir de meados dos anos 80, com a subordinação da dependência tecnológico-industrial⁴ à dependência científico-tecnológica e estruturação de uma nova divisão internacional do trabalho⁵. Nesse sentido, a nova dependência a que se refere Bresser, já não seria mais nova, e a menção a este conceito como tal, passa a ter apenas um sentido histórico, isto é, de recuperar a sua gênese histórica, não cabendo, entretanto, nomear uma escola por níveis conceituais mais concretos, correspondentes, inclusive, a uma fase histórica em processo de absorção / destruição dentro de outra mais ampla e atual.

Para o autor, a corrente interpretativa liderada por Cardoso e Falleto seria aquela capaz de teorizar a nova dependência, pois teria sido a única que postulou que a consolidação da industrialização brasileira se faria com o abandono da burguesia local de suas posições nacionalistas para converter-se em sócia minoritária do capital estrangeiro e apoiar-se em uma tecnoburocracia estatal, civil e militar, rompendo com o pacto populista e a aliança com os trabalhadores,.

Ao analisar os principais teóricos marxistas da dependência, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, Bresser considera-os partidários do conceito trotskista de perda de dinamismo do capitalismo central e vislumbradores das multinacionais como meras bombas de sucção do excedente, que não percebem que o grau de exploração muda e o país se desenvolve industrialmente com a penetração destas corporações no pós-guerra. Em suma, como Mantega expressará com todas as letras, o argumento de Bresser considera estes autores como teóricos da impossibilidade do desenvolvimento

⁴ Principalmente em países como Brasil e México que desenvolveram amplamente a fase tecnológico-industrial da dependência.

⁵ Embora Bresser refira-se a "proposta" mais geral da teoria da dependência, que "consiste em demonstrar que os determinantes externos (imperialismo) da situação de dependência estão relacionados aos determinantes internos", descartando portanto a análise da dependência como um fenômeno externo, não aprofunda esta problemática, nem retira daí importantes consequências.

capitalista no Brasil, que se veria condenado ao estancacionismo e à expropriação de seus excedentes. O capitalismo local estaria, então, destinado a superexplorar os trabalhadores para poder também apropriar-se do excedente e a recorrer ao fascismo para estabilizar o seu regime sócio-econômico. Como consequência, na leitura de Bresser deste pensamento, as alternativas de condução da formação social latino-americana seriam entre um capitalismo dependente estancado, superexplorador e fascista e o desenvolvimento socialista.

“Segundo esta interpretação, o imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. Estaria aí o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez está integralmente subordinada ao imperialismo (...) não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão superexplorar os trabalhadores (...) Por isso, as burguesias locais são necessariamente autoritárias senão fascistas. Em conclusão, as únicas alternativas para os povos latino-americanos seriam o socialismo ou o fascismo” (Bresser, 1997, p.p.33).

Se é verdade que o golpe militar no Brasil marginalizou a produção científica do país das correntes que se desenvolveram na América Latina nos anos 60 e 70, em especial da teoria da dependência em sua versão de esquerda, em razão de exílios, perseguições políticas e da tardia anistia profissional que apenas chegou para os seus principais autores na metade da década de 80, não deixa de ser impressionante que ainda se produzam críticas, em meados dos 90, tão mal informadas a respeito deste pensamento.

Tanto Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos ou Vânia Bambirra, que constituem o núcleo principal da teoria marxista da dependência, desenvolvem análises pioneiras sobre a nova dependência qualificando a realocação dos investimentos imperialistas, do setor primário ou do setor de infra-estrutura para o setor industrial dos países dependentes e direcionados para o seu mercado interno, como o elemento estratégico da dependência tecnológico-industrial. Esta realocação ocorre em função da revolução tecnológica dos anos 30 e 40, desenvolvida nos países centrais - principalmente os Estados Unidos, líder da integração imperialista do pós-guerra -, que reduz enormemente o tempo de amortização do capital fixo comparativamente à sua amortização física, e também, em função da fraqueza dos capitais privados dependentes e do Estado destas regiões, o qual não estrutura um projeto de acumulação de maneira a enfrentar o imperialismo e seus aliados locais.

Esta temática da realocação do investimentos imperialistas como eixo estratégico da nova dependência será descortinada por Theotônio dos Santos já em 1963/64, com o livro *Quais são os Inimigos do Povo* e com sua tese de mestrado *A Classe Dominante Brasileira*, e será aprofundada mais tarde através de artigos como “*La Gran Empresa y Capital Extranjero*” (1966) e “*The Structure of Dependence*” (1970) e livros como *El Nuevo Carácter de la Dependencia* (1968), *Dependencia y Cambio Social* (1972) e *Imperialismo y Corporaciones Multinacionales* (1973), perpassando, ainda, outra grande parte de sua obra. A partir deste amplo esforço empírico e conceitual, Theotônio dos Santos, no início dos anos 70, conceitua a dependência tecnológico-industrial como a forma típica da dependência no pós-guerra, caracterizado-a basicamente pelo “domínio tecnológico-industrial de las empresas transnacionais que pasan a invertir en las industrias destinadas al mercado interno de los países desarrollados” (Dos Santos, 1978-A, p. 310).

A reflexão de Ruy Mauro Marini também se orienta neste sentido. Criador dos principais conceitos para a construção de uma economia política marxista da dependência, Marini identifica diversas fases na economia dependente de acordo com o seu desenvolvimento (velha economia exportadora, industrialização dependente e reconversão à globalização) e as vincula à maturação das leis de movimento que identifica para esta. Assim, ele distingue a superexploração de trabalho como o principal

⁶ A redação original pertence a “*Structure of Dependence*” (1970), publicado pela American Economic Review.

condicionante da acumulação capitalista dependente e indica a gravitação dos preços de produção sobre a economia dependente como o principal impulsionador de suas leis de movimento.

A intensidade da formação dos preços de produção sobre a economia dependente e sobre a economia internacional é, por sua vez, função da mobilidade da tecnologia e dos investimentos estrangeiros nestas. Desta forma, e isto é o que nunca entenderam Bresser (1997), Mantega (1984, 1997), ou Cardoso e Serra (1978) em suas críticas a Marini, o conceito superexploração, embora esteja fortemente ligado à apropriação internacional de valor e de mais-valia que se realiza sobre a economia dependente, característica da circulação que para o autor define as possibilidades do desenvolvimento produtivo destas formações sociais, representa uma realidade que se exponencializa quanto maior é o desenvolvimento tecnológico da economia dependente.

Assim, contrapor a apropriação de mais-valia à produção de mais-valia como realidades teóricas absolutas e opostas⁷, ou como representativas de períodos distintos da economia capitalista, correspondendo a apropriação de valor às fases pré-industriais do capitalismo, não faz nenhum sentido desde um ponto de vista marxista. Diferentemente, este pensamento toma estas categorias como realidades antagônicas, porém, indissociadas e articuladas do desenvolvimento da produção capitalista e que expressam esta articulação de maneira diferenciada, conforme o tempo histórico e o locus da acumulação capitalista. Em verdade, ao contrário do que imaginam estes autores, quanto mais se desenvolve a economia internacional capitalista, maior é o papel jogado nesta pelos monopólios e, portanto, pela concentração e centralização de capital, impulsionando o escopo e a intensidade da apropriação de valor na economia mundial.

A temática da articulação da superexploração com o desenvolvimento tecnológico, e as diversas formas em que esta se apresenta, perpassa o conjunto da obra de Ruy Mauro Marini que engendra conceitos como sub-imperialismo, para expressar o nível médio de composição orgânica do capital que atinge certos países dependentes com o direcionamento dos investimentos estrangeiros industriais para estes, e reformula os esquemas de reprodução de Marx para conciliar seus supostos de equilíbrio inter-setorial com a mais-valia extraordinária e o progresso técnico. Desta forma, Marini não apenas pertence a uma tradição de pensamento, como a marxista, que dá grande ênfase ao papel desempenhado pelo desenvolvimento das forças produtivas na produção do capital, mas desenvolve dentro deste pensamento, o espaço teórico representado pelo progresso técnico.

Vânia Bambirra, outra teórica clássica da escola marxista da dependência, desenvolve amplamente a análise dos padrões de acumulação de capital na América Latina no pós-guerra, procurando interpretar comparativamente os principais tipos de industria-

⁷ Como o faz, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso (1993): "Creio que seria possível mostrar que o capitalismo central, no que ele possui de específico e dinâmico, depende da produção de mais-valia relativa e do aumento da produtividade – que atinge, por certo, os produtos necessários à reposição da força de trabalho –, não da pura espoliação das regiões periféricas (...) A razão pela qual trato de limitar o alcance teórico das explicações dadas por Marini (sem negar o peso histórico de alguns de seus argumentos) diz respeito à própria teoria marxista do capitalismo e ao ponto anteriormente mencionado relativo à compatibilidade entre dependência e desenvolvimento capitalista. Com efeito, parece-me que na ótica marxista as condições gerais da acumulação (ou seja, a exploração absoluta do trabalho) combinam-se com as específicas (a diminuição do período de trabalho necessário em proveito do trabalho excedente e a potenciação das forças produtivas) e tem nestas últimas o traço distintivo. Atribuir o caráter de necessidade ao processo de exploração irrefreado da força de trabalho na periferia do sistema (convém dizer que Marini não afirma categoricamente isto) para a acumulação nas economias centrais leva a descaracterizar a especificidade do capitalismo industrial (...) De qualquer forma, a meu ver convém focalizar a industrialização da periferia pela ótica do capital e do investimento, muito mais do que pela idéia de que o "capitalismo avançado" requer mão-de-obra superexplorada da periferia ." (Cardoso, 1993, p. 109-111)

lização que se desenvolvem na região, conforme esta tenha se iniciado no entre-gueras, a partir da hegemonia das burguesias industriais locais na gestão estatal, ou no pós-guerra, mediante a integração monopólica à nova divisão internacional do trabalho emergente. (Bambirra, 1974)

Portanto, como se pode perceber, a questão da industrialização é amplamente desenvolvida teórica e historicamente pelos autores marxistas da dependência não se justificando a sua exclusão da temática da "nova dependência"⁸.

Hoje em dia, os teóricos marxistas da dependência estão dedicados ao estudo da reconversão da economia mundial através da globalização capitalista e ao estudo dos novos tipos de dependência emergentes neste contexto. Neste sentido, já se avoluma uma certa massa de estudos⁹ sobre a temática da planetarização da revolução científico-técnica e seus efeitos sobre os padrões mundiais da acumulação de capital e os países dependentes. Este novo período ascensional da teoria marxista da dependência também tem tido desdobramentos teórico-metodológicos, manifestos tanto no balanço histórico das contribuições da escola nos anos 60, 70 e 80, para estabelecer o fio condutor de novos aprofundamentos, como no percurso de aproximação com outras teorizações, como as teorias do sistema mundial, para responder aos desafios de um mundo cada vez mais globalizado¹⁰. Desta forma, o eixo dos estudos da teoria marxista

⁸ Já em 1965, em um artigo publicado na *Monthly Review*, "Brazilian Interdependence and Imperialist Integration", Marini assim se referia sobre as perspectivas da industrialização dependente: "La reducción del plazo de renovación del capital fijo en las economías avanzadas, como consecuencia del ritmo increíblemente rápido de las innovaciones tecnológicas, lleva a que esas economías experimenten una necesidad apremiante de exportar sus equipos obsoletos a las naciones en fase de industrialización. El estrangulamiento cambiario que sus prácticas comerciales y financieras provocan en la capacidad para importar de esas naciones contraresta, empero esa tendencia. La contradicción sólo puede superarse a través de la introducción de tales equipos bajo la forma de inversión directa de capital. La consecuencia de tal procedimiento es la aceleración del proceso de desnacionalización (...) La manera por la cual se procura, pues, superar el estrangulamiento cambiario implica, por los problemas resultantes, la agudización de las tensiones internas, factor decisivo en los movimientos de liberación nacional." (Marini, Millán (Org.) 1994, 1995-B, Tomo 2, p. 18-19)

Distanciando-se, entretanto, de qualquer catastrofismo, Marini acentua não só as tensões sociais da "nova dependência", mas as possibilidades da acumulação capitalista neste contexto:

"La lógica capitalista que subordina la inversión a la expectativa de beneficio, lleva esos capitales a las regiones y sectores que parecen más prometedores. La consecuencia es, a través de la repatriación de capitales, un aumento suplementario del excedente, que impulsa a nuevas inversiones en el exterior, recomenzando el ciclo en nivel más alto." (Marini, Millán (Org.) 1994, 1995-B, Tomo 2, p. 16-19)

⁹ Sobre a revolução científico-técnica, destacam-se a imensa publicação desenvolvida por Theotônio dos Santos (1983, 1985, 1987, 1993) sobre tema e os estudos de Leonel Corona (1991) sobre o assunto. Os efeitos da revolução científico-técnica sobre os padrões da acumulação de capital tem sido contemplados entre outros por Ruy Mauro Marini (1992, 1995-B), Theotônio dos Santos (1992, 1993, 1994-B), Ana Esther Ceceña e Andrés Barreda Marín (1995) e Carlos Eduardo Martins (1996). Os efeitos da globalização sobre os padrões de reprodução do capitalismo dependente tem sido amplamente abordados por Ruy Mauro Marini (1992 e 1995), Theotônio dos Santos (1995) e Adrián Sotelo Valencia (1993, 1995-B, 1997).

¹⁰ O balanço da teoria da dependência tem sido realizado principalmente através dos escritos de Ruy Mauro Marini (1992) e do trabalho monumental que organizou com Márgara Millán (1994, 1995-A), dos trabalhos de Theotônio dos Santos (1994, 1997) e das pesquisas de Nildo Ouriques (1995, 1996), Adrián Sotelo Valencia (1995-A), Jaime Osório (1995 e 1996), Barreda Marín (1995) e Carlos Eduardo Martins (1997). Para o ano de 1998, está programada a publicação em vários idiomas do livro *Desafios da Globalização*, em homenagem a Theotônio dos Santos, onde diversos autores realizam um amplo balanço da obra deste pensador e discorrem sobre temas tratados por ele em sua trajetória intelectual e política.

da dependência já não é mais a problemática industrial na América Latina¹¹, mas sim a problemática científico-técnica e sua generalização em um mundo em que ainda predominam relações de produção desiguais e correlatas à revolução industrial.

Superexploração e Socialismo ou Fascismo

Como vimos, Bresser articula em sua interpretação da teoria marxista da dependência uma relação de causalidade mecânica entre imperialismo, estancamento, superexploração do trabalho e fascismo ou socialismo. Na seção anterior, criticamos a correlação entre imperialismo e estancamento, que Bresser imputa a esta visão da dependência, e mostramos que o conceito de superexploração, estabelecido por Marini nos anos 70, não tem qualquer relação com uma paralisia no desenvolvimento das forças produtivas, mas sim, com uma dialética específica entre apropriação e produção de mais-valia no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do imperialismo. Nesta seção, identificaremos alguns outros equívocos na maneira como Bresser trata o conceito de superexploração e, particularmente, objetaremos a articulação mecânica que atribui a Theotônio dos Santos e Marini, entre superexploração e fascismo.

Entre os equívocos que Bresser comete no tratamento do conceito de superexploração, destacamos dois:

A) A superexploração impede a formação de um mercado interno, sendo o subimperialismo o resultado deste impedimento.

B) Marini em seus escritos dos anos 70, bibliografia do autor que cita parcialmente, identifica a superexploração como uma tendência normal nos países centrais para além de o ser nos países dependentes.

Encontramos o primeiro equívoco na seguinte citação:

“No caso do Brasil, a burguesia recorria ao subimperialismo, via exportação de seus produtos manufaturados a países ainda menos desenvolvidos, nos quadros de uma nova divisão internacional do trabalho, já que a superexploração impedia a formação de um mercado interno.” (Bresser, 1997, p. 34)

Em primeiro lugar, Marini não reduz o fenômeno do subimperialismo à exportação de mercadorias. Este é um aspecto inicial e importante do mesmo, mas que tende a se subordinar a exportação de capital. Por outro lado, não é correta a relação que Bresser imputa a Marini entre superexploração, estancamento do mercado interno e subimperialismo.

Marini identifica como formas de resolução para as crises provocadas entre o crescimento das forças produtivas e o consumo da população no capitalismo dependente - que são crises do capitalismo em geral, mas que são acentuadas no capitalismo dependente pela superexploração do trabalho - três mecanismos: o crescimento do consumo suntuário dentro do países dependentes, que responde pela alta concentração de renda que os caracteriza; o desenvolvimento do consumo estatal; e a exportação de mercadorias. Destes três, Marini assinala que o único que oferece alternativas mais sustentadas de resolução é a exportação de mercadorias.

Para Marini, portanto, a superexploração não impede o crescimento do mercado interno, antes direciona-o para o consumo suntuário e o consumo estatal, sem impedir em princípio a ampliação do consumo do setor popular.

A superexploração do trabalho caracteriza-se para Marini por três formas características que isoladamente ou conjugadamente reduzem os preços da força de trabalho por debaixo de seu valor: a redução do fundo de salários do trabalhador e sua transfor-

¹¹ Problemática esta que, no pós-guerra, quando se converte em centro do desenvolvimento latino-americano, nunca pode ser separada do desabrochar da revolução científico-técnica nos países centrais que permitiu a liberação tecnológica que industrializou a América Latina.

mação em um fundo de mais-valia do capital, e a extensão da jornada de trabalho ou intensificação do ritmo de trabalho, sem o repasse aos salários dos trabalhadores do equivalente em desgaste de trabalho. Todavia, a importância relativa de cada um destes três mecanismos depende das formas históricas que assumem a acumulação capitalista internacional, correspondendo à maior vinculação da superexploração ao aumento da jornada de trabalho e à intensificação de trabalho, uma maior capacidade de expansão do mercado interno para o setor popular. Outras variáveis de dinamização do mercado de bens de consumo necessário são a expansão do assalariamento da população e o aumento da qualificação da força de trabalho, que elevaria o valor da mesma, percurso este, no entanto, que é restringido pela superexploração, que prioriza a violação dos preços da força de trabalho e não a valorização desta.

Desta forma, não se pode analisar o fenômeno da superexploração estereotipadamente e sem considerar a autonomia relativa de seus diversos componentes, para concluir que a superexploração impede a ampliação do mercado interno. A superexploração, como mencionamos acima, dinamiza internamente o consumo estatal e o suntuário, e o que se passa no consumo popular, relaciona-se com as diversas formas de regulação que se criam para a superexploração absorver um determinado nível de composição técnica e orgânica do capital.

A razão de Marini estabelecer a exportação de mercadorias como a resolução mais sustentada para as crises do capitalismo dependente industrialmente maduro, é a contradição geral desenvolvida pela grande indústria capitalista entre o desenvolvimento do progresso técnico e a expansão do consumo popular, que leva à exportação de mercadorias e de capitais nos países centrais e, portanto, ao imperialismo, que inicia a construção de uma economia mundial tecnicamente articulada. Nos países dependentes, esta contradição se faz mais aguda, pois a baixa dinamização do consumo popular impulsiona muito mais fortemente a necessidade da exportação de mercadorias, como mecanismo de realização do capital. Durante a crise do “milagre econômico” brasileiro, esta contradição esteve mascarada pela desvalorização cambial que permitia um incremento na massa física de bens exportados sem a contrapartida da elevação da massa de valor realizado, contradição esta que não permitiu à economia brasileira manter suas trajetórias de crescimento, obrigando-a a uma profunda reconversão, ao tempo que manifestou claramente o divórcio do aparato produtivo de amplas parcelas do mercado interno.

Hoje, com a globalização capitalista, esta contradição entre o desenvolvimento da composição técnica do capital e o consumo popular tem atingidos níveis muito mais profundos, que se manifestam nas profundas disparidades entre as taxas de crescimento do comércio internacional e do produto da economia mundial¹². Ainda que a profundidade desta disparidade deva ser encurtada com a recuperação de largo prazo da economia mundial, ela nos permite responder ao segundo ponto que discutimos em Bresser, da relação entre superexploração e o capitalismo dos países centrais.

Ao interpretar o conceito de superexploração do trabalho formulado por Marini nos anos 70, Bresser afirma que “a superexploração seria uma tendência normal nos países capitalistas, que se acentuaria nos países dependentes ou periféricos, já que estão submetidos ao imperialismo dos países capitalistas centrais (...).”

Em seus escritos dos anos 70, como *Dialética de la Dependência* (1973) e *Subdesarrollo y Revolución* (1969), citados por Bresser, Marini tem como objetivo delimitar a legalidade específica pela qual se rege a economia capitalista dependente, distinguindo nesta, as leis que a afastam da dimensão mais genérica e pura do modo de

¹² Segundo dados da OECD, enquanto o comércio internacional cresceu, no mundo, a taxas anuais de 8% entre 1993 e 1996, o produto na OECD, entre 1990 e 1996, cresceu a taxas anuais de 1,9% (OECD, 1997).

produção capitalista e que correspondem às dimensões mais concretas e particulares que a inserem no âmbito do sistema internacional de acumulação capitalista. Para chegar a estas leis, Marini não se separa da análise de Marx do modo de produção capitalista, antes a desenvolve ao teorizar os efeitos dos preços de produção no sistema internacional de acumulação capitalista, tratando dos efeitos interativos de uma formação social sobre a outra. Assim, no caso das economias dependentes, a particularidade concreta de sua formação social introduz grandes contradições em relação a dimensão mais abstrata do modo produção - sem deixar de estar a ela dialeticamente articulada - pelo fato dos países dependentes apresentarem um aparato produtivo que não se define por determinações próprias, mas pelas necessidades de complementaridade ao aparato produtivo dos países centrais, atendidas mediante a circulação. Desta forma, ao encontrar na superexploração a legalidade específica da acumulação de capitais nos países dependentes, Marini, claramente, pretende indicar não as leis de desenvolvimento do capitalismo industrialmente maduro dos países centrais, mas sim, daqueles países que se articulam a estes em posição subordinada. Daí a importância e originalidade do seu texto.

“En sus analisis de la dependencia latinoamericana, los investigadores marxistas han incurrido, por lo general, en dos tipos de desviaciones: la sustitución del hecho concreto por el concepto abstracto, o la adulteración del concepto en nombre de una realidad rebelde a aceptarlo en su formulación pura (...) Estas desviaciones nacen de una dificultad real: frente al parámetro del modo de producción capitalista puro, la economía latinoamericana presenta peculiaridades (...) más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo sui generis, que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional (...) la exigencia de especificar las leyes generales del desarrollo capitalista no permite, desde un punto de vista rigurosamente científico, recurrir generalidades como la de que la nueva forma de la dependencia reposa en la plusvalía relativa y en el aumento de la productividad. Y no lo permite porque ésta es *la característica general de todo desarrollo capitalista*, como se há visto. El problema está en *determinar el carácter que asume en la economía dependiente la producción de plusvalía relativa y el aumento de la productividad del trabajo.*” (Marini, 1973, p. 13-14, 99-100)

Esta era a visão de Marini nos anos 70 sobre o capitalismo dos países centrais do pós-guerra, onde a superexploração longe de ser uma tendência normal, representava uma tendência que emergia nos curtos períodos recessivos, concentrando-se apenas como tendência sistemática nos países dependentes. Entretanto, as modificações trazidas pela revolução microeletrônica e pela globalização capitalista, durante a onda longa depressiva dos anos 70 a meados dos 90, o levou a reformular a sua percepção da incidência da superexploração no sistema internacional capitalista.

Marini em um de seus últimos artigos, “*Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista*” (1995), afirma que a superexploração na nova fase acumulação internacional capitalista, marcada pela globalização, tende a se generalizar para o conjunto do sistema. As razões deste movimento, que o autor apenas começou a mapear antes de sua morte, estão na oposição que se estrutura entre o crescimento econômico e o crescimento do emprego com a aplicação da microeletrônica ao processo de trabalho pelo capital, e na vinculação da mais-valia extraordinária aos diferenciais salariais nacionais a partir da homogeneização internacional do capital fixo e circulante proporcionada pela globalização do capital¹³. Todavia este é um outro contexto teórico e histórico do pensamento de Marini que queremos apenas indicar, e não nos cabe desenvolver, pois não faz parte do horizonte teórico da crítica de Bresser.

¹³ Neste sentido, a contradição que antes referimos entre os ritmos de crescimento do comércio internacional e do produto da economia mundial se mostra alusiva das novas dimensões alcançadas pela superexploração no capitalismo.

Um outro uso que Bresser faz do conceito de superexploração é sua interpretação de que os teóricos marxistas da dependência, por causa de sua vigência, consideram as burguesias brasileira e latino-americanas inerentemente fascistas, não cabendo outra alternativa para o quadro sócio-político da região que não fosse o socialismo ou fascismo. Nesse sentido, a redemocratização brasileira é entendida como uma derrota deste pensamento:

“Em 1985, com a democracia vitoriosa (...) os representantes das interpretações autoritário-modernizante e da superexploração imperialista estavam derrotados. Os primeiros, porque o regime que apoiavam desaparecia; os segundos, porque sua teoria era incompatível com o surgimento da democracia (Bresser, 1997, p.46).”

Em verdade, nem todos autores da dependência marxista desenvolveram a perspectiva teórica do fascismo¹⁴ para analisar o autoritarismo que emerge a partir dos anos 60 na América Latina. Theotônio dos Santos foi quem melhor a desenvolveu e o fez com um nível de sofisticação conceitual muito distinto do mecanicismo que lhe atribui Bresser. Para Theotônio, o fascismo é um regime de terror do capital financeiro que aspira à institucionalização permanente em favor das frações nacionais do grande capital. Para ele, portanto, o fascismo dependente estaria marcado pela grande contradição de ter de praticar a partir de um regime de exceção - onde os militares possuem postos estratégicos - uma política de defesa do grande capital internacional, que constitui o segmento mais importante e dinâmico das burguesias dependentes industrializadas.

Longe, então, de representar “o caráter intrínseco da burguesia latino-americana”, a hegemonia do fascismo nos países dependentes apresentaria enormes contradições para o desenvolvimento capitalista da região. Pois, o fascismo, uma vez cumprida a sua missão defensiva de estabilizar politicamente a dominação burguesa, tenderia a desenvolver aspirações ofensivas de corte nacionalista, cuja expressão mais clara foi a Guerra das Malvinas, entrando em contradição com a política econômica e com o projeto de dominação do grande capital. Além disso, por possuir uma missão de estabilização política eminentemente destrutiva, o fascismo teria pouca capacidade de absorção e neutralização das formas de oposição que brotassem da prática de sua política econômica, tornando-se um foco de acumulação de tensões, disfuncional para reprodução do capital. Desta forma, o fascismo não representaria a natureza burguesa, mas teria para a burguesia uma utilidade específica, condicionada a determinados contextos econômicos, sociais e políticos. As chances do fascismo de passar de um movimento político para um regime político institucionalizado ocorrem durante a quebra do auge econômico para o período recessivo - principalmente de largo prazo - e quando a direção de esquerda e centro-esquerda não se mostre capaz de submeter a anarquia do mercado ao planejamento para resolver a crise sócio-econômica. Estas contradições seriam mais matizadas nos países centrais e tenderiam a se desenvolver mais nos países de imperialismo tardio, como nos anos 20, 30 e 40, ou naqueles desenvolvimento médio, como nos anos 60, 70 e 80. (Dos Santos, 1977, 1978-A, 1978-B, 1991).

Assim, uma mirada mais detalhada do pensamento marxista da dependência nos mostra um panorama bastante diverso do enfoque dispensado às temáticas da industrialização, da superexploração e do regime político latino-americano, do que aquele, enunciado para este pensamento, por Bresser. O tratamento dirigido por Bresser, e como veremos mais adiante, por Mantega a esta escola, parece corresponder a motivações políticas de reforçar as barreiras culturais à difusão no Brasil de uma interpretação da América Latina e do país que oferece para a análise da dependência uma alternativa metodológica e teórica em relação a que formula Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.

¹⁴ Há uma ampla polêmica na revista Cuadernos Políticos n.18 entre Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva, onde Theotônio dos Santos qualifica as ditaduras surgidas na América Latina como fascistas ou tendencialmente fascistas, e Ruy Mauro Marini prefere caracterizá-las como Estados de Contra-Insurgência para assinalar a ausência de sua base de massas.

A Teoria da Dependência no Esquema de Mantega

Mantega distingue cinco correntes do pensamento brasileiro a partir de os anos cinqüenta: a) a desenvolvimentista democrática e nacionalista nos anos 50; b) a desenvolvimentista autoritária dos anos 60 a 80; c) a neomarxista que atua entre os anos 60 e 70; d) a nova esquerda que surge em os anos 60 e, por ultimo, e) a corrente neoliberal dos anos 80 e 90. (p.108).

Na primeira corrente de pensamento, Mantega incorpora autores como Ignacio Rangel, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado em linhas temática estruturalistas encaminhadas a oferecer uma concepção sobre a substituição de importações e a transição de economias primário-exportadoras a economias industrializadas e urbanas.

Na segunda corrente, incorpora autores brasileiros como Roberto Campos, Antonio Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen e Afonso Celso Pastore. Estes autores foram influenciados pelas idéias de Rosestein-Rodan, Ragnar Nurkse, Artur Lewis que combinavam suas idéias subdesenvolvimentistas com modelos macroeconômicos keynesianos. Daí resultou uma versão nativa sobre o "Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", que supostamente, nas palavras de Mantega, "...norteou a consolidação do capitalismo dependente brasileiro" (p. 108).

Na terceira corrente, que injustificadamente Mantega denomina "neomarxista", coloca André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio Dos Santos¹⁵, os quais, seguindo novamente a caracterização arbitrária de Mantega, haviam sofrido uma influência de León Trotsky, Paul Baran e Paul Sweezy, esquecendo antecedentes tão importantes como Marx-Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, e os efeitos das revoluções China e Cubana.¹⁶

Segundo Mantega a *tese* que sustenta esta corrente é que o "desenvolvimento gera o subdesenvolvimento" na América Latina e que "...negava a possibilidade de uma real industrialização¹⁷, ou de qualquer tipo de desenvolvimento capitalista, num país submetido à 'exploração imperialista'" (p.111). E continua: "Não viam possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil, mas apenas que houvesse uma revolução socialista" (p. 109). Voltaremos mais adiante sobre este ponto polêmico.

Na quarta corrente, que Mantega denomina "nova esquerda" e que toma corpo nos anos 50 e 60, militam Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Antônio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares, José Serra, João Manoel Cardoso de Mello, José L. Fiori e o próprio Mantega. Segundo Mantega, estes autores, que se diferenciam tanto da esquerda tradicional quanto do "dogmatismo dos neomarxistas", "amadureceram" o materialismo histórico e dialético com o apoio das idéias de Keynes, Max Weber e Schumpeter; mas ao nosso juízo, configuram uma *corrente eclética* que na realidade está muito distante do marxismo.

Mantega atribui a paternidade da teoria da dependência a esta corrente afirmando que: "Dessa lavra surgirão a teoria da dependência e a teoria do capitalismo tardio, que

¹⁵ Para uma crítica a visao "neomarxista", vide a respeito a Theotônio Dos Santos, *A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*, Universidade Federal Fluminense, este , texto faz parte de o libro comemorativo dos 60 anos do autor; organizado pelo Conselheiro de Ciências Socias para a América Latina da UNESCO, Francisco López Segrera com o título: *Desafios da Globalização : Uma Homenagem a Theotônio Dos Santos*

¹⁶ Para os antecedentes da teoria da dependência, cf. Vânia Bambirra, *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, ERA, México, 1978, onde ajusta cuentas con críticos como F.H.C., Agustín Cueva e Octavio Rodríguez da CEPAL.

¹⁷ Mantega confunde "industrialização" com "desenvolvimento capitalista", dois conceitos distintos. Os teóricos da dependência expõem certamente o desenvolvimento do capitalismo, mas com uma marcada insuficiência de suas forças produtivas que conduz ao "subdesenvolvimento" devido a dependência estrutural dos centros capitalistas desenvolvidos.

centraram a dinâmica da sociedade brasileira nas forças internas, colocando em segundo planos os condicionamentos externos” (p. 109).

Na medida em que o autor só se propõe a analisar três correntes que se enfrentam nos anos 60 a 80 segundo ele: a) a desenvolvimentista democrático e autoritário, b) a neomarxista e, c) a nova esquerda, nós centraremos a crítica na concepção de Mantega da Teoria da dependência e na colocação que ele faz do mapa do pensamento econômico brasileiro.

Nossa Tese Central

Nossa tese central, que confrontamos com a de Mantega, desdobra-se em três idéias fundamentais.

1. Que a maior parte dos autores por ele identificados na corrente da dependência *não conformam nenhuma nova esquerda* e, pelo contrario, mantêm filiações teóricas diversas geralmente enraizadas em concepções não-marxistas e sim funcionalistas, weberianas e keynesianas, como são o caso de Cardoso e do próprio José Serra.

2. Que a teoria da dependência tem no seu interior correntes de pensamento das mais diversas filiações teóricas e políticas e, por conseguinte, podemos identificar linhas teóricas marxistas e não marxistas. Nestas últimas incluímos os autores que Mantega indevidamente coloca como “nova esquerda”.

3. Que os autores identificados incorretamente na corrente “neomarxista”, fundamentalmente Marini, Theotônio Dos Santos, Vânia Bambirra e Gunder Frank, *são autores marxistas e dependentistas, atribuindo-se a eles a paternidade da teoria marxista da dependência, não a teoria da dependência em geral.*

A Concepção de Mantega sobre a Teoria da Dependência

Não nos interessa aqui determo-nos na análise da corrente nacional-desenvolvimentista, e sim na denominada “neomarxista” e suas implicações com a nova esquerda e a teoria da dependência. Primeiro exporemos a concepção de Mantega sobre a teoria da dependência e logo formularemos nossa crítica.

O primeiro que temos a colocar é o inusitado e amplo espaço que o autor reserva à sua corrente que chama de “nova esquerda” e o pouco espaço que dedica aos autores que ele denomina “neomarxistas” e que para nós são os verdadeiros dependentistas.

Em segundo lugar, o anterior influi em uma imperfeita exposição das teses centrais dos dependentistas que são muito mais ricas, complexas e variadas. Todo o esforço de Mantega, em sua limitada exposição, é encaminhado a expulsar a Marini, Theotônio e Frank da teoria da dependência.

Mantega possui uma concepção muito reducionista da teoria da dependência e de seus autores como Marini e Theotônio. Eles não negam o desenvolvimento do capitalismo na periferia, ao contrario, como vimos, foram os primeiros a demonstrar a sua tendência a se converter em hegemônico na região.¹⁸ Entretanto, afirmam a tese de que o desenvolvimento capitalista, que ocorre em nos países subdesenvolvidos, não gera mecanicamente um crescimento autônomo, uma acumulação do capital capaz de superar o subdesenvolvimento, como creem os desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas.

No fundo, o erro de Mantega é confundir industrialização com capitalismo. Ele diz por exemplo, na página 111: “No outro extremo configurava-se uma corrente neomarxista, que negava a possibilidade de uma *real industrialização*, ou de qualquer tipo de *desenvolvimento capitalista*, num país submetido á ‘exploração imperialista’. Para os partidários dessa corrente, somente a revolução socialista abriria caminho para o de-

¹⁸ Ver Dos Santos, *El nuevo carácter de la dependencia*, CESO, 1967.

envolvimento e o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária". (sublinhado nosso).

Mantega esquece que a industrialização é capitalista na América Latina pelo menos desde 1850 para cá. Devido a isto, os autores dependentistas como Marini, Theotônio e Frank, cada um com sua especificidade teórica, postulam o caráter capitalista deste desenvolvimento, mas ressaltam uma marcada insuficiência de suas forças produtivas o que conduz ao "subdesenvolvimento" devido à dependência estrutural, manifesta, por exemplo, em matéria de tecnologia da produção do capital constante ou de produção de ciência e conhecimento.

Seguindo o fio de Marx, os autores dependentistas vêm as limitações que tem o capitalismo para garantir as massas populares níveis de vida mais justos, como de fato ocorre hoje em dia, na época do neoliberalismo depredador que os desenvolvimentistas de ontem e os neo-desenvolvimentistas de hoje defendem.

A teoria da dependência, nas mãos e na cabeça da inteligência marxista e crítica tem futuro para século XXI, porque ela faz da ciência e do conhecimento a melhor arma para transcender a ordem capitalista e encontrar um novo sendero para a humanidade.

Referências bibliográficas

- BAMBIRRA, Vânia. *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. México D.F., : Sigloveinteuno, 1974.
- BRESSER, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil : pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis : Editora Vozes/Fipe, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu lugar*. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique, FALLETO, Enzo. *Dependência e Integração na América Latina : ensaio de Interpretação Sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique, SERRA, José. Las Desventuras de la Dialéctica de la Dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, México, 1978. Número especial.
- CECEÑA, Ana Esther, MARÍN, Barreda. Producción Estratégica y Hegemonía Mundial. México D.F : Sigloveinteuno, 1995.
- CORONA, Leonel (Org.). *México Ante Las Nuevas Tecnologías*. México, D. F. UNAM, 1991.
- _____. *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente*. Petrópolis : Vozes, 1991.
- FIORI, José. A Globalização e a Novíssima Dependência. *Textos para Discussão* n.343, 1995.
- HETTNE, Bjorn, BLOMSTRÖM, Magnus. *Development Theory in Transition, The Dependency Debate & Beyond; Third World Responses*, Londres : Zed Books, 1984.
- HUNT, *Economic Theories of Development*, [S.l. : s.n.], 1989.
- KAY, Cristobal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Londres, Nova York : Routledge, 1989.
- LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil : pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis : Vozes/Fipe, 1997.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis : Vozes, 1984.
- _____. O Pensamento Econômico Brasileiro de 60 a 80 : os Anos Rebeldes. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil : pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis : Vozes/Fipe, 1997.

- MARÍN, Andrés Barreda. La Dialéctica de la Dependencia y el Debate Marxista Latinoamericano. In: MARINI, R., MILLÁN M. (Coord.) *La Teoría Social Latinoamericana*. México, D.F.: El Caballito. [s.d.]. T. 3.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica da Dependência*. México D.F.: Era, 1973.
- _____. *El Reformismo y la Contrarevolución*: Estudios sobre el Chile. México, D.F.: ERA, 1976. (Serie Popular Era).
- _____. Estado y Crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, n. 13, 1977a.
- _____. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, 1977b.
- _____. Las Razones del Neodesarrollismo. Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra. *Revista Mexicana de Sociología*, México, DC, 1978. Número Especial.
- _____. Plusvalía Extraordinaria y Acumulación de Capital. *Cuadernos Políticos*, n. 20, 1979.
- _____. *Subdesarrollo y Revolución*. 12. ed. México, DC: Siglo veintiuno, 1985.
- _____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- _____. Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista. MARINI, R., MILLÁN M. (Coord.) *La Teoría Social Latinoamericana*. México, D.F.: El Caballito, 1995. T. 4.
- MARINI, R., MILLÁN M. (Coord.) *La Teoría Social Latinoamericana*. México, D.F.: El Caballito. 1994-1995a.
- _____. *La Teoría Social Latinoamericana: Textos Escogidos*. México, D.F.: El Caballito, 1994-1995b.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização e Capitalismo: Considerações Teórico-Metodológicas sobre os Novos Padrões da Acumulação de Capital e suas Implicações para as Políticas Científico-Tecnológicas*, 1996. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 1996. (EBAP/ FGV-RJ), Rio de Janeiro.
- _____. *Theotônio dos Santos: Introdução à vida e obra de um intelectual planetário*. 1997. Mimeogr.
- OECD (1997) *Main Economic Indicators*. Paris: OECD, July 1997.
- OSÓRIO, Jaime. Fuentes y Tendencias de la Teoría Marxista de la Dependencia. In: MARINI, R., MILLÁN M. (Coord.). *La Teoría Social Latinoamericana*. México, D.F.: El Caballito, 1995a.
- _____. *Las Dos Caras del Espejo*. México: Triana Editores, 1995b.
- OURIQUES, Nildo. Hacia una Teoría Marxista de La Dependencia. In: MARINI, R., MILLÁN M. (Coord.). *La Teoría Social Latinoamericana*. México, D.F.: El Caballito, 1995. T. 3.
- _____. *La Teoría Marxista de La Dependencia: Una História Crítica*. 1996/ Tese (Doutorado) – Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.
- SANTOS, Theotônio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da Economia Mundial e a Integração Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. *Forças produtivas e relações de produção*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso. *Política e Administração*. FESP, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 64-73, 1994a.

- _____. The future of geopolitical alignments. *The Ritsumeikan Journal of International Relations*, Kyoto, v. 4, n. 3, p. 1-32, Mars. 1992.
- _____. *Imperialismo y dependencia*. México, DF : Ediciones Era, 1978a.
- _____. Latin America : democratization and structural adjustment. In: TSUNEO, Iida, TOMIHIDE, Kashioka (Ed.). *The transition to market economy*. [S.l.] : International Research Center for Japanese Studies, 1995. p. 77-89.
- _____. *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis : Vozes, 1987.
- _____. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis ; Vozes, 1983.
- _____. *Revolução científico-técnica : nova Divisão Internacional do Trabalho e Sistema Mundial*. *Cadernos da Ange*, Vitória, 1994b.
- _____. *Socialismo e fascismo : el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Ed. rev. e ampl. México, DF : Editorial Edicol, 1978b.
- _____. *A teoria da dependência : um balanço histórico e teórico*. 1997. Mimeogr.
- SONNTAG, Heintz R. *Duda/Certeza/Crisis. La Evolución de las Ciencias Sociales de América Latina*, UNESCO - Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1989.
- VALENCIA, Adrián Sotelo. *México : Dependencia y Modernización*. México D.F. : Ediciones El Caballito, 1993.
- _____. Dependencia y Superexplotación. In: MARINI, R., MILLÁN M. (Coord.) *La Teoría Social Latinoamericana*. México, D.F. : El Caballito, 1995a.
- _____. La Reestructuración del Trabajo y el Capital en América Latina In: MARINI, R., MILLÁN M. (Coord.) *La Teoría Social Latinoamericana*. México, D.F. : Ed. El Caballito, 1995b. T. 4.
- _____. Globalización del Capital y Inversión del Ciclo Económico en América Latina. *Investigación Económica*, México D.F., p. 71-84, 1997.